

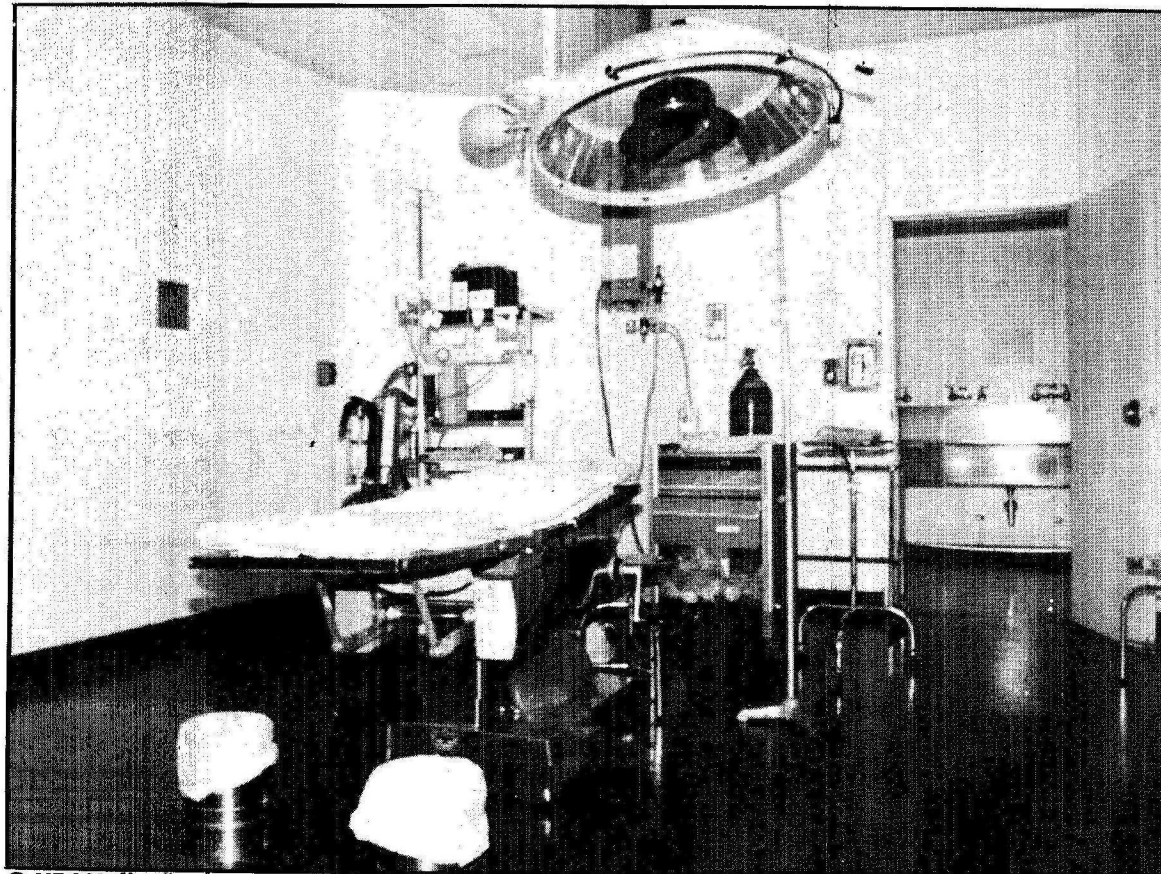
Médicos indenizarão Saúde em 1,9 mi

Decisão é do Tribunal de Contas, como forma de ressarcimento por cirurgias plásticas realizadas em Ceilândia

O Tribunal de Contas do DF publicou no Diário Oficial do DF, ontem, que os médicos José Lindolfo Pacheco e Valdir Alves de Lima terão de ressarcir aos cofres da Fundação Hospitalar CR\$ 1.964.537,03 (valor de outubro) por terem permitido que o Hospital Regional de Ceilândia fosse usado para operações plásticas particulares, quando exerciam cargos de direção na unidade. A sentença foi relatada pelo auditor do TCDF, Osvaldo Rodrigues, três anos depois que a infração foi cometida.

O processo começou quando, em 90, os próprios funcionários denunciaram que o HRC estaria sendo indevidamente utilizado "por médicos alheios aos quadros da regional para realizar, com certa periodicidade, cirurgias plásticas naquele hospital", conforme depoimento de Maria Tereza Faer, que consta dos autos. A partir disso, o então secretário de Saúde, José Richelier, abriu comissão de inquérito interna que concluiu a veracidade das acusações e que José Lindolfo, por ocupar, na época, a direção do hospital, e Valdir Alves, por ser o então responsável pelo setor de anestesia, deveriam pagar indenização à fundação.

No relatório, a comissão descreve que foram utilizados, em pelo menos 10 cirurgias, pessoal e material do HRC para operações particulares, o que é estritamente proibido. O relato da comissão foi enviado, ainda em 90, para o TCDF, onde foi aberto o inquérito administrativo.



O HRAN dispõe de centro cirúrgico para a realização de plásticas reparadoras, conforme explica a diretora Jacira Abranches

Na sua defesa Lindolfo, que trabalha agora no Hospital Regional de Taguatinga, afirmou que "as cirurgias foram realizadas em funcionários do próprio hospital, sempre aos sábados, para não causar prejuízo à rotina do centro cirúrgico", relata no processo.

Pagamento — Já Valdir, que continua em atividade como anestesista no HRC, argumentou que não

recebia pagamento pelo serviço prestado nestes casos, e só os executava porque estava cumprindo ordens do diretor do HRC, Lindolfo Pacheco". A sentença, no entanto, conclui que ambos utilizaram a estrutura indevidamente e que nenhuma ordem ilegal merece ser cumprida, já que os dois confirmaram ter conhecimento do regimento do hospital.

Os dois médicos terão 30 dias

para pagar a multa, podendo ainda recorrer da sentença nos próximos 15 dias. Neste caso, o recurso é votado, no máximo, em 30 dias, como afirmou a chefia de gabinete do presidente do Tribunal de Contas. Os valores serão corrigidos para o valor do dia em que for depositado.

O **Jornal de Brasília** procurou os dois médicos. Valdir Alves, a princípio, afirmou desconhecer qualquer processo desta natureza

envolvendo seu nome. Ao ser informado que a reportagem já havia visto o processo e tinha conhecimento da sentença final ele afirmou que não sabia maiores detalhes e não lembrava se havia prestado depoimentos. José Lindolfo argumentou que apresentou sua defesa injustamente deferida e afirmou não ter conhecimento de quando terá de pagar e que tentou apenas ajudar seus funcionários.

Fotos: Francisco Stuckert



Só o HRAN pode fazer as cirurgias

O Hospital Regional da Asa Norte (HRAN) é o único da rede pública autorizado a proceder cirurgias plásticas no Distrito Federal. Os 18 leitos da unidade de queimados e os 46 para demais intervenções estão sempre ocupados, mas, ainda assim, é considerado um dos maiores hospitais públicos nesta especialidade, em todo o País.

A prioridade absoluta é para as cirurgias reparadoras — correção de seqüelas de queimados, fratura de face, fissura (lábio leporino), câncer de pele ou redução de mama, que implica problemas lombares. "Já fizemos até o implante de uma mão, inédito na rede pública, de um paciente da Vila Paranoá. Hoje, ele não tem qualquer problema de circulação no órgão", contou a diretora do HRAN, Jacira Abranches.

Apesar de as cirurgias reparadoras serem prioridade absoluta do HRAN, Jacira diz que está tentando inaugurar o serviço de cirurgia estética. "Se conseguirmos verbas, para os quatro centros que estão desativados por falta de material e funcionários, queremos oferecer algumas plásticas estéticas, principalmente de rosto, para a população de baixa renda". Ela conta que já ouviu centenas de depoimentos, principalmente de mulheres, que têm sérios problemas psicológicos e de relacionamento, porque apresentam alguma incorreção física.